

CADERNO DE PROVA

Observações:

- 01** – A ordem das questões, bem como das alternativas, deste caderno de provas não necessariamente é a mesma que apareceu para os candidatos no momento da realização da prova online.
- 02** – Tal caderno de prova servirá de base para a formulação de possíveis recursos contra o gabarito preliminar.

QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Sobre o processo administrativo brasileiro, marque a alternativa correta.

- A) É possível que o administrador resolva aplicar punição disciplinar para faltas notórias cometidas por servidor público que lhe é subordinado, mesmo que o contraditório seja postergado para momento posterior.
- B) Entidades de interesse coletivo não podem interferir em processo administrativo, já que não há interesse jurídico direto. Podem apenas ser ouvidas como expert no assunto, como um “amigo da corte”.
- C) Vigê o princípio da proibição da reformatio in pejus.
- D) Da revisão do processo administrativo, ante a alegação de fato novo, não poderá resultar agravamento de sanção.
- E) Os atos administrativos não precisam ser motivados, mesmo se restringirem direitos, exceto se o interessado solicitar.

2) Sobre o regime do servidor público e do celetista contratado pela Administração Pública.

- A) Greves são ilegais, exceto se houver lei permitindo.
- B) Os poderes são autônomos, por isso os vencimentos do Poder Judiciário são, em regra, superiores ao do Poder Executivo.
- C) Uma sociedade de economia mista voltada para atuar em mercado público relevante para o país, prestando verdadeiro serviço público, pode demitir seus funcionários imotivadamente, haja vista que são pessoas jurídicas de direito privado.
- D) As pessoas jurídicas de direito público têm responsabilidade objetiva, ao passo que as de direito privado tem responsabilidade concorrente com o agente público faltoso.
- E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

3) Sobre Contratos Administrativos e Licitação.

- A) Não é possível dar preferência a produtos nacionais, haja vista o princípio da livre

concorrência.

B) Preocupações ambientais e de interesse social não podem ser critérios de escolha, por violar o princípio da vantajosidade econômica das propostas.

C) Serviços artísticos são sempre contratados por inexorabilidade.

D) A União poderá contratar por dispensa de licitação quando precisar intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

E) A licitação é desnecessária se o Administrador provar a eficiência econômica do contrato por dispensa ou inexorabilidade.

4) Sobre Bens Públicos e a União.

A) Os bens de uso comum do povo são insuscetíveis de regulamentação, por isso o seu uso é irrestrito pela população.

B) A Secretaria de Patrimônio da União (S.P.U.) pode alienar os bens dominicais, se comprovada a vantagem econômica ou o interesse público da venda.

C) A Procuradoria da República em PE é um exemplo de bem de uso especial.

D) A União nunca poderá intervir em bens dos Estados e Municípios.

E) Os bens públicos de uso comum podem ser objeto de usucapião, se demonstrado o interesse social relevante.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

5) Marque a alternativa correta:

a) Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual;

b) Aos juízes federais, compete, processar e julgar, entre outros, os crimes quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente, ainda que não previstos em tratado ou convenção internacional.

c) Aos juízes federais, compete, processar e julgar, entre outros, os crimes políticos e os crimes e contravenções penais em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

d) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação.

e) É inadmissível a citação por hora certa no processo penal.

6) Marque a alternativa correta:

a) É nula a denúncia sem requerimento de produção de provas.

b) Cabe apelação adesiva no processo penal, se vencidos, ao menos em parte, autor e réu.

c) O Ministério Público não tem legitimidade para apelar exclusivamente a fim de diminuir as penas aplicadas na sentença condenatória.

d) Em razão do chamado efeito iterativo, regressivo ou diferido, o juiz pode se retratar, por uma vez, da decisão ou sentença objeto de apelação ou recurso em sentido estrito.

e) O Ministério Público em primeiro grau de jurisdição pode interpor, contra decisões do juiz perante o qual atue, habeas corpus diretamente no tribunal competente.

7) Marque a alternativa correta

a) A jurisprudência admite a chamada denúncia geral mas não a denúncia genérica.

b) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, salvo se, em consequência, tiver de aplicar pena mais grave (emendatio libelli).

c) De acordo com o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a prisão temporária.

d) Cabe apelação do indeferimento de requerimento de prisão preventiva.

e) No procedimento comum ordinário, as partes podem arrolar até 6 testemunhas por fato criminoso.

8) Marque a alternativa correta

- a) Em decorrência do sistema acusatório adotado no Brasil, o juiz não pode, senão a pedido das partes, decretar, revogar ou substituir a medida cautelar pessoal.
- b) Pelo princípio da ampla defesa, o juiz não pode valorar provas produzidas pelo réu em seu desfavor.
- c) Não é cabível citação por edital no Juizado Especial Criminal federal.
- d) No processo penal, a declaração de nulidade independe de prova de prejuízo, de modo que não cabe a distinção entre nulidades absolutas e relativas.
- e) Pelo princípio da legalidade, não se admitem provas atípicas no processo penal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

9) Sobre a jurisdição e a ação, assinale a alternativa correta:

- a) Para postular em juízo basta que o sujeito seja legítimo, ainda que não tenha interesse resistido no feito.
- b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio.
- c) Caso tenha ocorrido a violação do direito, é inadmissível a ação meramente declaratória.
- d) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- e) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de uma relação jurídica, mas não quanto ao seu modo de ser.

10) Sobre a tutela de urgência, assinale a alternativa incorreta:

- a) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- c) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, ainda que o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

d) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguuração do direito.

e) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

11) Sobre a tutela da evidência, assinale a alternativa incorreta:

a) A tutela da evidência será concedida desde que haja demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

b) A tutela de evidência será concedida quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

c) A tutela de evidência será concedida quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

d) A tutela de evidência será concedida quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

e) A tutela de evidência será concedida quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

12) Não se suspenderá o processo judicial:

a) pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.

b) pela convenção das partes.

c) pela arguição de impedimento ou de suspeição.

d) pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.

e) pelo parto ou pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir um dos patronos da causa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

13) Assinale a alternativa incorreta:

a) Constituição Não Escrita é um conjunto de normas, que não constam de um único documento,

como leis esparsas, costumes e convenções, sem incluir, porém, jurisprudência, de que é exemplo a Constituição inglesa.

b) Constituição dogmática é sempre escrita e elaborada por um órgão constituinte, que sistematiza os princípios e as ideias fundamentais da teoria política e do direito dominante no momento de sua elaboração.

c) A Constituição brasileira de 1988, quanto à origem, classifica-se como democrática ou popular, haja vista que resultou do trabalho de uma assembleia constituinte, formada por representantes do povo, eleitos para essa finalidade específica, assim como as Constituições de 1891, 1934, 1946.

d) As constituições históricas, apesar de juridicamente flexíveis, porquanto não escritas, costumam ser social e politicamente rígidas, o que significa que raramente são modificadas.

e) N.d.a.

14) Sobre controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

a) O chefe do Poder Executivo não poderá se eximir do cumprimento de uma lei formalmente editada pelo Poder Legislativo, dependendo necessariamente da declaração de inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário.

b) O Brasil adotou um modelo de controle de constitucionalidade concentrado, no qual o Supremo Tribunal Federal atua como um típico Tribunal Constitucional e julga com exclusividade a matéria constitucional.

c) A decisão proferida no julgamento das ações constitucionais de controle concentrado produz efeitos vinculantes, eficácia erga omnes e via de regra ex tunc, sendo porém previstos casos em que é possível modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

d) Enquanto a legitimidade ativa para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é limitada (cf. art. 103 da CRFB), a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) pode ser ajuizada por qualquer cidadão que se sinta lesado ou ameaçado em decorrência de ato do poder público.

e) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos não podem ser objeto de controle de constitucionalidade, porquanto, após ratificados pelo Congresso Nacional, mediante aprovação em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros de cada Casa Legislativa, adquirem status de normas constitucionais

15) Leia atentamente as assertivas abaixo.

I – Apesar da controvérsia sobre a aplicação integral do regime jurídico dos direitos fundamentais aos direitos sociais, a natureza de direitos fundamentais destes últimos, no direito brasileiro, restou expressa na CRFB, tendo em vista que constam num capítulo dentro do Título II

“Dos direitos e garantias fundamentais” (cf. artigo 6º).

II – A liberdade de expressão, como um típico direito fundamental de natureza eminentemente subjetiva ou individual, é concebida como um direito de defesa em face do Estado, que confere ao seu titular a garantia negativa de não sofrer embaraços em seu exercício, sem que possa exigir dos poderes públicos ações positivas ou de cunho prestacional para garantir a sua livre expressão.

III – Assim como o exercício do direito de voto nas eleições, o plebiscito e o referendo constituem modalidades de participação política direta.

Agora assinale, em relação a estas assertivas, a alternativa correta:

- a) todas as assertivas estão corretas.
- b) somente a assertiva I está correta.
- c) somente as assertivas I e II estão corretas.
- d) todas as assertivas estão incorretas.
- e) somente as assertivas II e III estão corretas.

16) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não obstante as variações doutrinárias, tanto a expressão Forma de Governo como Regime Político são utilizadas para designar a natureza do poder estatal consoante a sua organização e funcionamento, segundo critérios que levam em consideração mormente a relação entre o poder político e o povo.
- b) Embora tradicionalmente concebida como o regime político que permite ao povo exprimir sua vontade através do voto, uma concepção moderna de democracia envolve uma série de aspectos outros que vão além da dimensão eleitoral, tais como a opinião e o julgamento públicos, acerca de temas centrais para a sociedade e questões políticas, realizados pelos cidadãos também fora do período das eleições.
- c) O Ministério Público perdeu a função de ombudsman ou de ouvidor da população, após a implantação das Defensorias Públicas, haja vista lhe ser vedado o ingresso de ações individuais em defesa dos direitos de cidadãos.
- d) Diferentemente da ação penal pública, em que o Ministério Público é o titular exclusivo, a legitimidade ativa para o ajuizamento da ação civil pública é concorrente, embora tradicionalmente o MP exerça um protagonismo no ajuizamento desse tipo ação.
- e) A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, não se admitem mais exceções à proibição do exercício da atividade político-partidário por membros do Ministério Público, que somente podem filiar-se a partido político ou disputar eleições caso estejam aposentados ou se exonerem do cargo, nos mesmos moldes da vedação prevista no estatuto da magistratura judicial.

DIREITO PENAL

17) Sobre a aplicação das penas privativas de liberdade, marque a alternativa CORRETA:

- a) O Código Penal adotou o sistema do livre convencimento motivado, de modo que o magistrado pode aplicar a pena levando em consideração os elementos que entende preponderantes, desvinculado do texto legal, desde que motive a decisão;
- b) Somente se aplica à pena de reclusão, uma vez que a detenção tem sempre quantum fixo;
- c) O sistema brasileiro de aplicação das penas privativas de liberdade é conhecido como trifásico;
- d) A pena base deve ser fixada levando em consideração as causas de aumento e de diminuição de penal;
- e) As circunstâncias agravantes e a atenuantes devem ser consideradas na terceira fase da aplicação das penas privativas de liberdade.

18) Sobre as hipóteses de exclusão da culpabilidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Atipicidade da conduta;
- b) Estado de necessidade;
- c) Exercício regular de um direito;
- d) Coação moral irresistível;
- e) Coação física irresistível.

19) Sobre a prescrição penal, assinale a alternativa correta:

- a) Cuida-se de causa de exclusão da imputabilidade penal;
- b) Incide sobre todos os crimes previstos no ordenamento jurídico pátrio;
- c) Divide-se em prescrição da pretensão punitiva e prescrição da pretensão executória;
- d) Não incide na hipótese de aplicação exclusiva de pena de multa;
- e) Em caso de concurso de crimes, regula-se pelo somatório das penas impostas aos delitos.

20) Sobre a ação penal, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido;
- b) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça;
- c) A representação será irretroatável depois de oferecida a denúncia;
- d) O direito de queixa não pode ser exercido quando renunciado expressa ou tacitamente;
- e) O perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento da ação.

GABARITO

1 - D	6 - E	11 - A	16 - C
2 - E	7 - A	12 - E	17 - C
3 - D	8 - C	13 - A	18 - D
4 - C	9 - D	14 - C	19 - C
5 - A	10 - C	15 - B	20 - C